

AES Tietê Energia

É vida que segue!

Com avanços, o ACT 2018 foi fechado. Mas há pendências a serem resolvidas e compromissos assumidos pela empresa a serem cumpridos. Porque a vida continua, AES Tietê!!!

O ano de 2018 tem sido de muitas reuniões e discussões entre o Sinergia CUT e a direção da AES Tietê Energia. Sempre na busca pelas garantias dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

Um ponto forte deste ano foi a Campanha Salarial. Em três rodadas de negociação, saiu a proposta final de Acordo Coletivo com aumento real, melhoria na política de emprego, reconhecimento do Sindicato e sua representação no local de trabalho e a garantia da vigência do ACT por mais dois anos em pleno contexto conturbado de reforma trabalhista. Maravilha! Proposta aprovada pela categoria e acordo em fase de assinatura.

Mas... a vida não para com o fechamento do ACT! Outras discussões que vão além do Acordo Coletivo estão sendo travadas em diversas reuniões com a direção da empresa há mais de um ano.

Em uma delas, ocorrida no último dia 20 com a Área de Recursos Humanos, foram debatidas com o Sindicato algumas das pendências. Confira em que pé estão:

► **PLR 2018:** a proposta da empresa é que, se atingidos os 100% de todas as metas, o valor da parte que é igual para todos os trabalhadores passa de R\$ 9.650 para R\$ 10 mil, ou seja, PLR com um reajuste de 3,62%, acima da inflação do período.

“Mas ainda as negociações continuam referente às metas, pois, da forma como está, a meta de superação do Resultado de Serviço é quase inatingível”, observa a direção do Sinergia CUT.

Na questão do valor individual houve avanço: garantia de pelo menos 0,2 salário para aqueles que receberem “precisa melhorar” em sua avaliação. E, para os assistentes, a base mínima passa de 0,8 salário para 1,0. A direção do Sinergia



CUT ainda questiona esse número pois reivindica igualdade a todos os trabalhadores.

► **PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria):** atualmente, essa verba é de 0,3 salário por ano trabalhado, limitado a sete salários. A proposta de melhoria é passar esse limite para 10 salários.

Quanto à Assistência Médica Hospitalar (AMH), passa de 12 meses para 18 meses.

E, com relação à Fundação Cesp, o compromisso da empresa é aprofundar a discussão sobre os problemas financeiros do plano previdenciário e agendar a eleição do Comitê Gestor.

► **Bolsa de Estudo:** a empresa se comprometeu a pagar as diferenças de reajuste o mais rápido possível.

► **Exame médico periódico:** a AES Tietê se compromete a realizar, juntamente com o Sindicato, uma avaliação sobre a qualidade dos exames após as alterações já implementadas.

► **Segurança de barragens (Piezometria):** a AES Tietê informou que assinará contrato com uma empresa especializada em fazer essa medição.

Reunião trata sobre problemas na Operação

Uma outra reunião, prevista pelo ACT, aconteceu no último dia 26, entre o Sinergia CUT, o diretor Operação e a área de RH da AES Tietê Energia. A pauta girou em torno do descumprimento do Acordo de Operação das usinas.

Na ocasião, o Sindicato destacou os vários problemas que estão ocorrendo na Operação/Manutenção, entres eles: a falta de trabalhadores em diversas localidades; o sobreaviso moral; e a pressão constante nos locais de trabalho, inclusive com ameaças no feedback de Avaliação sobre desassistimento em todas as usinas.

A AES Tietê reconheceu os problemas apresentados pelo Sinergia CUT que serão sistematizados pelo Sindicato em um único documento a ser reenviado às áreas responsáveis.

Também foi acordado entre as partes que ocorrerão reuniões mensais com o objetivo de discutir os processos e as condições de trabalho na empresa. A primeira está marcada para 18 de outubro, ocasião em que o Sindicato espera que algumas respostas sejam trazidas pela AES Tietê.

Um outro detalhe importante que saiu da reunião do dia 26 passado foi que os representantes da empresa afirmaram que não ocorrerão mudanças em processos que venham impactar os trabalhadores sem que haja negociação com o Sindicato.

“Aguardamos que as pendências sejam solucionadas no processo negocial, evitando assim, que o acordo seja denunciado junto ao Ministério Público do Trabalho, o que não interessa a ninguém”, afirma a direção do Sinergia CUT.